Sempre houve muitos políticos que fazem distinção vincada entre um seu país e sua população, dizendo que a população vai mal, mas o país vai bem. Em muitas ocasiões afirmaram que crescia o PIB, diminuía a dívida, o déficit não havia, ou era insignificante, cresciam as exportações, etcetera… etc… logo o país vai bem, não levando nunca em consideração os cidadãos que vão pessimamente.

Para lá dessa ideia absurda de um país sem povo, ou de um povo sem país, excluídos ou desconsiderados os nacionais, à conta da análise pretendida, em que o que importava, e importa para esses políticos, era, é, o CRESCIMENTO ECONÔMICO, quase nunca tendo em consideração bons salários, preços baixos, ou seja um maior poder de compra para os seus cidadãos, com a possibilidade de obterem excelente alimentação, moradia boa, aquecida, bem conservada, a preços abaixo de um quinto dos salários, tanto no que represente um aluguer, ou uma prestação de aquisição do imóvel, e também a parte referente a alimentação representar outro quinto dos ganhos. Todos esses ingredientes são os que formam uma classe média forte, que é a alma de um país rico. Não há países ricos com gente pobre, ainda que haja quem acredite que sim.

Muito bem, com a ascensão imparável do dinheiro iniciada na segunda metade do XIX, verificamos que as pessoas foram ficando fora da equação, uma vez que o preço das coisas, todas elas, aumentou, e aumenta, sem que haja a devida reposição salarial, o que torna as pessoas pobres a vários níveis, uma vez que a maioria esmagadora das populações em todos os países vivem de seus salários. Baseados nas mais diversas razões, muitas delas verdadeiras, não aumentam os salários, por exemplo para não re-alimentar a inflação, ou seja o assalariado paga a expansão do dinheiro. E, desse modo, essa contínua subtração de poder aquisitivo tem progredido lenta mas insistente e continuamente, até que chegamos às impossibilidades ora consubstanciadas em realidades muitas, adversas todas elas, resultantes da perda do poder de compra que foi retirando muitas coisas do alcance das pessoas em geral. Desde certos alimentos, em Portugal o fiel amigo passou a ser um ilustre convidado, e as centenas de receitas de bacalhau frequentes diariamente, ou quase, à mesa dos nacionais, foram dilatando os períodos de consumo, acabando por serem guardadas para dias festivos, até, noutro extremo, à possibilidade de aquisição de imóveis em muitos sítios, que deixaram de ser para os bolsos dos nacionais em geral, passando a ser só possíveis a bolsos estrangeiros capazes de responderem aos altos preços que foram sendo sucessivamente praticados. Desse modo o país vem progressivamente trocando de mãos,

deixando de ser de uns para ser de outros, sendo os outros aqueles que podem pagar pelo privilégio, seja o de comer bacalhau frequentemente, ou o de morar com vista pro mar, ou mesmo morar em casa própria, ainda que estas sejam em mais de dois terços da banca, mas que pretensamente próprias, possam, com o tempo, formar um pecúlio a deixar aos filhos. Resultando que o progressivo afastamento da sociedade, dos cidadãos, do poder de compra, poderá transformar a frase da última alternativa acima: '*ou mesmo morar em casa própria'*, noutra frase onde desapareceria o adjetivo.

Por mais que não queiramos, por mais que o processo democrático idealmente deva se refletir em governos voltados para o bem estar, e bem estar é algo sempre ligado ao poder de compra, bons salários se preferirem, por mais que o Estado Social venha a colmatar as carências das populações, tendo vindo mais a se transformar num Estado Assistencial, assistencialista, porém poderia tudo isso deixar de existir, inclusive a ascensão imparável do dinheiro, se dividíssemos o bolo. O bolo é a riqueza produzida num país, que é de todos, e só toca a alguns, poucos, e, por outro lado, se não houvesse Estado Social, ou seja: saúde pública, escolas pública, habitação do Estado, transporte em empresas estatais, etcetera, e houvesse salários que permitissem às pessoas pagar por tudo isso ao preço do mercado, então a equação estaria resolvida. Assim é que devera ser. Mas os sucessivos governos ao longo do tempo, foram pactuando com a concentração de riqueza, e, para diminuir as crateras que se abriram entre as possibilidades das pessoas, e o preço das coisas – voltamos a falar de poder de compra, foram criando o Estado Social, para, desse modo, diminuir o enorme buraco com ação governamental. Todo o bem que advém das pessoas terem poder de compra, o que para a maioria das pessoas significa bons salários – desse modo não sendo mais necessária a interveniência estatal, tão clientelista devemos lembrar, nem mais assistência de nenhuma ordem. Quem tem condições não necessita de ajudas. E faço aqui notar que toda essa perversa situação de inversão do modo de ser, ou que deveria ser, das coisas, não é do sistema, mas resultante do sistema, e é muito mais difícil mudar uma resultante, que uma parte do sistema.

Certa feita, num debate acadêmico, me questionaram sobre as empresas públicas, e eu, socialista que sou, afirmei que o Estado não deveria ter empresas, que, se em determinado tempo essas foram necessárias à ação do Estado, que criou uma determinada empresa para impulsionar, ou mesmo iniciar as actividades em determinado sector, e, logo que, uma vez suprida e atendida a necessidade, essa deveria passar às mãos privadas, e os recursos de

sua venda serem empregados noutra empresa para impulsionar outro sector que necessitasse, para logo a seguir também ser privatizada, e assim por diante. Minha resposta, de socialista convicto que sou, assustou muito ao meu interlocutor, levando-o a afirmar, mas os socialistas não pensam assim. Ao que respondi: porque não acreditam na regulação, e preferem que o Estado faça por si mesmo as coisas que apenas deveria regular e fiscalizar seu bom funcionamento. Como assim? Questionou-me. Sabem esses socialistas que a fiscalização e a regulação são corruptas, sabem que as coisas acabam descambando para atender apenas a um lado, e que o Estado não exercendo o controle mister para que o empresário cresça, fique rico, por sua capacidade criativa, e não pela possibilidade que tenha de aumentar preços, por isso preferem que seja o Estado a empreender o negócio, para o poderem controlar diretamente, o que é um engano. Temos que quando a ideologia esbarra na lógica, esta última deve sempre prevalecer. Em países supostamente mais regulados, estabelecem-se, então, os lobbys, uma aberração democrática, também estabelecem-se organismos reguladores que mor das vezes não funcionam, criam-se ministérios para ações sectoriais, que se traduzem em verdadeiras bolsas de negócios, onde os ministros barganham, não o interesse público, o das pessoas, mas os seus, particulares. Suas ambições, sejam políticas, sejam financeiras, são as que prevalecem em detrimento do interesse público. Com salários justos, isso tudo acabaria. Ministérios como o da saúde, da educação, da economia, etcetera, perderiam sua utilidade, sua razão de existir, e apenas haveriam institutos para controlar as regras do Estado e sua aplicação consoante as leis que atenderiam ao interesse geral do país. E não haveria um sector empresarial do Estado. Só isso.

O verdadeiro socialismo é aquele onde as pessoas vêm atendidas suas necessidades, e vêm a riqueza distribuída de modo a que todos desfrutem dela, não é esse assistencialismo que se instalou para mitigar a miséria, que é muita, e que assim é pelos baixos salários. Numa sociedade rica, de altos salários, não há miséria, não há mendigos. Procurem um mendigo em Israel, ou um judeu mendigo em qualquer parte, por exemplo. Os governos criaram essa situação, entraram por este túnel, e não conseguem sair dele, todos os recursos do Estado acabarão por serem empregues no financiamento dos custos do Estado social, fomentando essa mentira que vem rebentando pelas costuras, e dão espaço a grupos contestatários para ascenderem num cenário mal resolvido, propício às reivindicações, onde podem enganar à vontade. Não serão os políticos populistas, ou as atitudes extremistas, ou posições ultras, nem esse pseudo-socialismo, que trarão a solução, ou darão caminho a esses problemas

velhos como a Humanidade.

Este processo de inversão de valores da desejável realidade, são quase como a fala de um Trump, ou a de um Bolsonaro, onde reinam as mentiras e as narrativas paralelas, e foi criando distorções que foram justificando as ações governamentais e essas enormes máquinas estatais com elevadíssimo custo ao contribuinte, quando os governos deveriam existir apenas para fiscalizar, estimular o desenvolvimento em sectores onde fossem necessários impulsos, até se estabilizarem como produtivos, e promoverem as leis e a defesa, cuidarem do patrimônio comum, cultural, ambiental e histórico, e pouco mais. Então me perguntaram: Tudo o mais fica em mãos privadas? Sim, fica. Sob controle apertado dos governos, apertado porque a tendência dos homens para o erro e a desonestidade é grande, porque com bons salários, havendo leis e aplicação eficiente delas, pouco mais é necessário. Mas o que temos é o engano, o dinheiro a correr solto, criando miséria generalizada, desgoverno por todo lado, prevaricação em toda parte, peculato do enorme funcionalismo, a busca de vantagens por quem as possa conseguir, e a miséria se espalhando à conta de entendimentos que acreditam não poderem dar o justo às necessidades de cada um, pagando um salário que divida o bolo do país, calculado todos os anos, e de conhecimento geral, é só fazer contas, no país onde se viva e trabalhe, permitindo desse modo, como são as coisas hoje, a manutenção da miséria geral, e que outros se apropriem da paisagem, por terem poder aquisitivo para isso, esse mesmo poder que falta aos nativos. Criando O TEU PAÍS DOS OUTROS.

Imagemhttps://unsplash.com/pt-br/fotografias/1sCXwVoqKAw